

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 1113/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10717/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Beruri.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. Naidy Castro Mady, Presidente e Ordenador de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº 79/2015 (fl. 462/486).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2991/2015-MP-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls. 487/492).

8- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Beruri. Exercício 2014.

Contas regulares com ressalvas. Quitação. Multas. Prazo. Determinações à SEPLENO.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

9.1- Julgar regular, com ressalvas, nos termos do art. 1º, II, e art. 22, II, da Lei n. 2423/96; art. 18, II, da LC n. 6/91; c/c art. 188, §1º, II, da Res. n. 4/2002, a Prestação de Contas, exercício de 2014, da Câmara Municipal de Beruri, de responsabilidade do Sr. **Naidy Castro Mady**, Presidente e Ordenador de Despesas, à época;

9.2- Nos termos dos arts. 24 e 72, II, da Lei nº. 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução n. 4/2002, **dar quitação** ao Sr. **Naidy Castro Mady**, Presidente e Ordenador de Despesas, à época;

9.3- Aplicar multa ao Senhor **Naidy Castro Mady**, na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI e artigo 52 da Lei n. 2423/1996 - LOTCE, nos seguintes valores:

9.3.1- R\$ 2.000,00 (dois mil reais), de acordo com o art. 53, parágrafo único, da Lei nº. 2423/96; c/c art. 54, §2º, da Lei nº. 2423/96; e art. 1º, da Resolução nº. 25/2012, pelas impropriedades constantes dos itens 04, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 do relatório/voto;

9.3.2 - R\$ 1.096,03 (mil e noventa e seis reais e três centavos), na forma prevista no art. 308, II, da Res. n. 4/2002, alterada pela Res. n. 25/2012, pelo atraso do envio, via GEFIS, do Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 2º semestre de 2014, descumprindo os arts. 2º, 4º, III, “a” e parágrafo único, c/c art. 5º, §3º, art. 7º, parágrafo único, e art. 8º, todos da Resolução TCE nº. 15, de 25 de abril de 2013, alterada pela Resolução TCE nº. 24, de 11 de setembro de 2013.



ACÓRDÃO Nº 1113/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.4- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias (art. 174 do RITCE), para que o Sr. **Naidy Castro Mady**, recolha aos cofres da Fazenda Estadual o valor da multa aplicada, com a devida comprovação nos autos, o qual deverá ser atualizado monetariamente, na hipótese de expirar o prazo concedido (art. 55, da Lei n. 2423/96), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas das Subseções III e IV da Seção III, do Cap. X, da Res. n. 4/2002;

9.5- Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que:

9.5.1- Encaminhe à Administração da Câmara, cópias das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pela Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;

9.5.2- Notifique o Sr. **Naidy Castro Mady**, com cópia do Relatório/Voto e deste Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresente o devido recurso;

9.5.3- Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos arts. 159 e 160, da Res. nº. 04/2002-RITCE, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

10- Ata: 45ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de dezembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral